

CONTROLE **EM FOCO** **REVISTA DO MPC-MG**

Belo Horizonte | v. 5 | n. 10 | jul./dez. 2025

■ Edição Especial sobre Agentes Públicos

Em parceria com a Comissão de Estudos sobre
Agentes Públicos do Instituto Brasileiro de
Direito Administrativo (IBDA)

CONTROLE
EM FOCO
REVISTA DO MPC-MG

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Junho Anastasia - Universidade Federal de Minas Gerais

Daniela Mello Coelho Haikal - Universidade Federal de Minas Gerais

Denilson Feitoza Pacheco - Universidade Federal de Minas Gerais

Edilson Vitorelli Diniz Lima - Universidade Federal de Minas Gerais

Élida Graziane Pinto - Fundação Getulio Vargas

Elke Andrade Soares de Moura - Universidade Federal de Minas Gerais

Jamile Bergamaschine Mata Diz - Universidade Federal de Minas Gerais

José Maurício Conti - Universidade de São Paulo

Juarez Freitas - Universidade Federal de Santa Catarina

Luís Carlos Balbino Gambogi - Universidade FUMEC

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen - Universidade de Taubaté -UNITAU

Marcílio Barenco Corrêa de Mello - Universidade do Minho, UMINHO, Portugal

Maria Coeli Simões Pires - Universidade Federal de Minas Gerais

Maria Tereza Fonseca Dias - Universidade Federal de Minas Gerais

Marilda de Paula Silveira - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP

Sebastião Helvecio Ramos de Castro - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

FICHA CATALOGRÁFICA

Controle em Foco: Revista do MPC-MG.

Ano 5, n. 10 (jul./dez. 2025). Belo Horizonte: Ministério Público de Contas de Minas Gerais, 2025.

Periodicidade semestral (2025).

ISSN online: 2966-0173

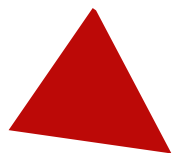
Publicação do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais

Av. Raja Gabaglia, 1315, 5º andar - Luxemburgo

Belo Horizonte - Minas Gerais. CEP 30380-435

Telefone: (31)3348-2628 - email: revistampc@mpc.mg.gov.br - site: revista.mpc.mg.gov.br

Horário de atendimento ao público: 07:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00



EDITORIAL

Com imensa alegria, chegamos à 10ª edição da revista Controle em Foco. Nascido em 2021, durante a pandemia de Covid-19, o periódico completa cinco anos de existência, o que nos coloca no caminho do primeiro desafio de qualquer revista científica: a periodicidade.

Outros desafios, como a ampliação da visibilidade e o fortalecimento da relevância, são perseguidos pela Comissão Editorial e seus colaboradores a cada número, o que nos trouxe à atual publicação, dedicada ao tema dos agentes públicos, em parceria com a Comissão de Estudos sobre Agentes Públicos do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), sob a coordenação do professor Florivaldo Dutra de Araújo, seguida por Daniel Martins e Avelar, com objetivo de contribuir para as discussões históricas e atuais sobre o tema, difundir conhecimento especializado e promover a capacitação dos nossos leitores.

Portanto, nesta edição especial, voltamos nossa atenção a uma das forças mais decisivas na vida coletiva: os agentes públicos. Para compreender a importância desse grupo, vale retomar uma das ideias centrais de Yuval Noah Harari, segundo a qual o Estado — assim como empresas, dinheiro e leis — é uma ficção compartilhada, uma construção simbólica criada pelos humanos para possibilitar a cooperação em larga escala. É justamente essa capacidade de acreditar em estruturas que existem apenas na imaginação coletiva que permitiu que sociedades complexas florescessem.

Mas, se o Estado é uma ficção necessária, são os agentes públicos que lhe conferem realidade cotidiana. São eles que transformam narrativas abstratas em práticas concretas: políticas públicas que chegam aos cidadãos, decisões administrativas que organizam a vida social, serviços públicos que estruturam direitos e garantias. O pacto imaginado só se sustenta porque milhares de profissionais, espalhados por todas as entidades federativas e funções, lhe dão forma, continuidade e sentido.

O presente número se compõe de 11 artigos científicos, escritos por procuradores do MPC-MG e por membros da referida comissão de estudos do IBDA, que reúne grandes especialistas do país, além de outros estudiosos do tema que participaram em coautoria. As contribuições perpassam temas atuais, como o recente fim do regime jurídico único dos servidores, o novo marco normativo dos concursos públicos trazido pela Lei n. 14.965/2024 e a inclusão de mulheres em altos cargos no Poder Judiciário e de pessoas transgênero no serviço público. Também estão presentes temas que versam sobre a responsabilidade dos agentes públicos, o poder disciplinar da Administração e a proliferação de contratações temporárias à margem do entendimento jurisprudencial, além de reflexões dogmáticas e filosóficas sobre o princípio da sobriedade administrativa e o dever da verdade e de uma análise histórica do provimento de funções públicas no Brasil.

Esperando contribuir para o debate público e para a construção de doutrina a respeito do tema, desejamos a todos uma ótima leitura!

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Procurador-Geral do MPC-MG

Cristina Andrade Melo
Procuradora do MPC-MG
Editora-chefe da revista Controle em Foco: Revista do MPC-MG

CORPO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Cristina Andrade Melo

COMISSÃO EDITORIAL

Ana Carolina de Souza e Silva

Maria Tereza Fonseca Dias

Izabella Cunha Velloso

REVISÃO

Lílian de Oliveira

COLABORADORES

Diretoria de Comunicação

Andréa Mesquita | Diretora

Coordenadoria de Publicidade, Criação e Mídias Digitais

André Augusto Costa Zocrato | Coordenador

André Luiz de Oliveira Júnior

Bruna Gontijo Pellegrino

Isabela Alkmim Lomazzo

Leonardo Alves de Lima

Lívia Maria Barbosa Salgado | Capa

Misael Avelino da Silva

Samuel Mendonça Pereira

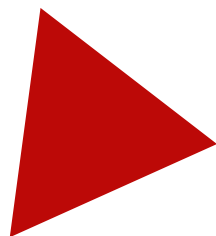
Victor Piroli Pessoa

Viviane Nunes Pinto

Vívian de Paula | Designer

SUORTE TI

Juan Karlos Freitas Diniz



SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS

Cristina Andrade Melo | Contratação temporária: um duelo entre a teoria e a prática | **PÁGINA 8**

Daniel Martins e Avelar | Poder disciplinar, sanção administrativa e relação (de sujeição) especial | **PÁGINA 21**

Daniela Mello Coelho Haikal | **Raquel Melo Urbano de Carvalho** | A inclusão das mulheres por meio da promoção das juízas aos Tribunais e das pessoas trans nos quadros do serviço público | **PÁGINA 35**

Fábio Lins de Lessa Carvalho | O princípio da sobriedade administrativa na atuação dos agentes públicos e a luta pela superação de vícios culturais | **PÁGINA 66**

Fábio Lucas de Albuquerque Lima | **Paulo Afonso Cavichioli Carmona** | **Sandro Lúcio Dezan** |

A responsabilidade dos agentes públicos no Direito Administrativo brasileiro: limites e desafios a partir de análise das alterações na LINDB pela Lei n. 13.655/2018 | **PÁGINA 88**

Florivaldo Dutra de Araújo | Desdobramentos da decisão do STF pelo fim da obrigatoriedade do regime jurídico único dos servidores públicos | **PÁGINA 106**

Marcílio Barenco Corrêa de Mello | **Alana Carvalho Miranda** | Efeitos jurídico-institucionais da ADI 2.135/DF sobre a flexibilização do regime jurídico dos servidores públicos | **PÁGINA 121**

Marcio Augusto Moura de Moraes | **Luiza Teodoro de Mendonça** | **Vanessa Paes da Luz Fix** | Concursos públicos no Brasil: da herança patrimonialista ao novo marco normativo da Lei n. 14.965/2024 | **PÁGINA 141**

Maria Cecília Borges | Uma análise histórica do provimento de funções públicas | **PÁGINA 153**

Olival Rodrigues Gonçalves Filho | O STF e o novo capítulo do regime jurídico dos servidores públicos: impressões iniciais do julgamento da ADI 2.135/DF | **PÁGINA 177**

Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte | **Diego Felipe Mendes Abreu de Melo** | Agentes públicos e o dever da verdade | **PÁGINA 187**